

---

# REVISTA DE GEOGRAFIA



## COLEÇÕES CARTOGRÁFICAS, VIAGENS E ROTAS ULTRAMARINAS: UMA REFLEXÃO ACERCA DO MAPEAMENTO DE TERRITÓRIOS DAS CULTURAS AMERÍNDIA E LUSITANA

CARTOGRAPHIC COLLECTIONS, TRIPS AND OVERSEAS ROUTES: A REFLECTION ON THE MAPPING OF TERRITORIES OF AMERINDIAN AND PORTUGUESE CULTURES

### **Bruno Augusto de Souza**

Doutorando da Pós-Graduação em Geografia,  
Instituto de Estudos Socioambientais / Universidade Federal de Goiás,  
Avenida Esperança s/n, Campus Samambaia, CEP 74690-900,  
Goiânia, Goiás, Brasil  
E-mail: b.a.desouza@hotmail.com

### **Eunice de Oliveira Rios**

Doutoranda da Pós-Graduação em Geografia,  
Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás,  
Avenida Esperança s/n, Campus Samambaia, CEP 74690-900,  
Goiânia, Goiás, Brasil  
E-mail: eunicer@uol.com.br

### **Vandervilson Alves Carneiro**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Universidade Estadual de Goiás, Avenida Dr. Deusdete Ferreira de Moura s/n,  
Campus Cora Coralina, CEP 76.600-000,  
Cidade de Goiás, Goiás, Brasil  
E-mail: profvandervilson@yahoo.com.br

### **Jean Carlos Vieira Santos**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Universidade Estadual de Goiás, Avenida Dr. Deusdete Ferreira de Moura s/n,  
Campus Cora Coralina, CEP 76.600-000,  
Cidade de Goiás, Goiás, Brasil  
E-mail: svcjean@yahoo.com.br

### **Ernesto Jorge Macaringue**

Docente da Universidade Eduardo Mondlane,  
Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane,  
Campus Universitário Principal, Caixa Postal 75,  
Inhambane, Moçambique  
E-mail: jorgitomapilele@gmail.com

## Resumo

Neste artigo, pretende-se analisar as coleções cartográficas que retratam as rotas ultramarinas que culminaram com o mapeamento dos territórios do Estado de Goiás, no Brasil, e de Moçambique, na África. Em termos metodológicos, fundamentou-se na pesquisa bibliográfica sobre a temática “história da cartografia luso-brasileira e africana”; no levantamento de fontes primárias e secundárias, com ênfase na Cartografia Colonial; em mapas que registram informações sobre essas regiões; entre outros aspectos. Conforme os estudos realizados, concluiu-se que as descobertas dos portugueses em relação às riquezas minerais no sertão brasileiro e na África aceleraram as ocupações e os domínios no período colonial. Para tanto, os mapas elaborados demonstraram, em seus traços, a junção de culturas: nativa/lusitana, indígena/sertanista e asiática (no caso da costa do Oceano Índico).

**Palavras-chave:** América Portuguesa, cartografia indígena, cartografia sertanista.

## Abstract

In this article, it is intended to analyze the cartographic collections that represent the overseas routes that culminated in the mapping of the territories from the state of Goiás, Brazil and Mozambique, Africa. In methodological terms, it was based on bibliographic research on the theme “history of Portuguese-Brazilian and African cartography”; in the survey of primary and secondary sources, with an emphasis on Colonial Cartography; on maps that register information about these regions; among other aspects. According to the studies undertaken, it was concluded that the Portuguese discoveries in relation to mineral wealth in the Brazilian hinterland and in Africa accelerated occupations and dominions in the colonial period. For this purpose, the designed maps showed, in their features, the junction of cultures: native/Portuguese, native/”sertanista” and Asian (in the case of the Indian Ocean coastline).

**Keywords:** Portuguese America, indigenous cartography, “sertanista” cartography.

## 1. Introdução

Semelhantemente ao que tem acontecido com outras realizações humanas, a cartografia como meio de comunicação não resistiu aos jogos de manipulação dos mais poderosos nos domínios político e econômico. Como obras de memórias, os mapas representam os modos de vida e os bens naturais conhecidos, isto é, a relação homem/natureza. Assim, os mapas, como meios de representação, traduzem os interesses e objetivos de quem os propõem, podendo se aproximar ou se afastar da realidade representada (OLIVEIRA, 1993; MATIAS, 1996; FUNDAÇÃO RENOVA, 2018; IBGE, 1999).

Há várias evidências que ilustram as intencionalidades dos que propõem a elaboração de mapas, a exemplo da “descoberta” do Brasil e da África pelos portugueses, ávidos por “metais e pedras preciosas, e que está refletida nas Cartas de Pero Vaz de Caminha e de Governo Geral de Moçambique, datadas de 1500 e 1879 respectivamente, [em que] destacam os elementos geológicos das barreiras terciárias da costa e do espaço sob o controle de Portugal” (MACHADO, 1989, p. 87). Esses registros das localizações portuguesas além das próprias fronteiras, passando por oceanos diversos, demonstraram “extremo interesse” pelos minérios (GARCIA, 2001).

Nesse sentido, as terras brasileiras e africanas, “a princípio desconhecidas, inexploradas, e, portanto, cobiçadas por estrangeiros, foram consideradas pela nobreza portuguesa da era como um potencial de tesouros” (MARTINS, 1984, p. 177). As primeiras descobertas de ouro no Brasil ocorreram em São Paulo, em 1562. Na trilha do ouro formada por São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, chegou-se às “Minas dos Goyases” (PALACIN, 1994, p. 25) nos primórdios do século XVIII.

Com base nas constatações de Cortesão (2005; 2006), pretende-se analisar as coleções cartográficas que retratam as rotas ultramarinas que culminaram com o mapeamento, em territórios goiano e moçambicano, dos traços culturais indígenas e sertanistas em uma nova modalidade de representação cartográfica, oficial, “científica”, que visa conhecer, representar e administrar os novos territórios.

Em termos metodológicos, fundamentou-se na pesquisa bibliográfica sobre a temática “história da cartografia luso-brasileira e africana”; no levantamento de fontes primárias e secundárias, com ênfase na Cartografia Colonial; em mapas que registram informações sobre a região das “Minas dos Goyazes” a princípio e, posteriormente, a “Capitania de Goyaz”, ao longo dos séculos XVI e XVIII; na análise da simbologia utilizada

na composição dos documentos cartográficos, com identificação dos signos indígenas e colonizadores; na compreensão histórico-geográfica da constituição do território goiano – tempo, espaço e sociedades envolvidas no processo de ocupação; e no reconhecimento de fontes cartográficas preservadas em órgãos oficiais que permitem o levantamento de dados relevantes para a elaboração da Cartografia Colonial de Goiás.

## 2. Os territórios de Goiás e de Moçambique

Os territórios de Moçambique, na África, e o do Brasil, na América Latina, tal como são conhecidos hoje, foram delimitados no âmbito da expansão dos colonos portugueses. Especificamente em relação aos objetos investigados neste estudo, o estado de Goiás se localiza na região Centro-Oeste brasileiro, e Moçambique, na região oriental africana. As formas do relevo mais dominantes são planaltos, em que as altitudes variam de 200 a 1.200 m. No tocante à vegetação, Goiás faz parte do bioma Cerrado, enquanto Moçambique, da savana. Ambas as regiões possuem clima tropical, semiúmido e seco, o que favorece a disponibilidade de uma extensa rede hidrográfica (GARCIA, 2001; RIOS; CARNEIRO, 2016).

Nesse contexto, o relevo e a hidrografia são os elementos naturais mais representados em mapas; logo, deduz-se que o principal interesse das ocupações diz respeito à exploração de bens naturais. A Serra dos Pirineus (paralelo 15° 51'), com mais de 1.300 metros de altitude, se constituía em um referencial geográfico para as antigas expedições nos sertões goianos – próximo a ela, passava a Linha de Tordesilhas. Tal serra é o ponto de origem das três ramificações do relevo goiano-tocantinense, a saber: o norte-oriental, o norte-ocidental e o sudoeste (RIOS; CARNEIRO, 2016).

Em se tratando da estrutura geológica, da forma e da disposição do relevo, percebe-se que a rede hidrográfica perpassa vales com feições diferenciadas. Essa feição natural, considerada um “capricho da natureza”, resultou na peculiar distribuição geográfica das minas de ouro goianas, as quais adentraram as “redes hidrográficas do Tocantins, Araguaia e Paraná” (MARTINS, 1984, p. 198).

A topografia plano-ondulada e a navegabilidade dos rios em Goiás e nas principais bacias hidrográficas de Moçambique (Zambeze, Rovuma e Limpopo) favoreceu o acesso às regiões acima citadas. Sem grandes obstáculos naturais, os territórios goiano e moçambicano estavam sendo invadidos, principalmente através dos rios.

Nesse prisma, como a rede hidrográfica goiana já era conhecida em 1613, os indícios permitem conjecturar que, nesse período, anterior à Bandeira de Anhanguera de

1722, os caminhos de Goiás e do Vale de Zambeze eram conhecidos e transitados por pequenos grupos de povos originários – os ditos “anônimos” –, sem as formalidades de uma bandeira. Provavelmente, os rios Grande e Paranaíba, no Brasil, e Zambeze e Rovuma, em Moçambique, tenham sido navegados, a exemplo de seus afluentes, já que havia uma preocupação, por parte do governo da Metrópole e da Capitania de São Paulo, de encontrar rotas terrestres que conectassem a costa com o interior (CANAS, 2016; PALACIN, 1994; 1972).

Além de constituírem “caminhos”, os rios goianos foram atrações para a mineração. Bueno fundou o primeiro arraial goiano, o de Sant’Anna, próximo às nascentes do rio Vermelho – mesmo deslocado e sem ventilação, havia ouro e água, e isso era o suficiente. O mesmo critério passou a ser utilizado para a instalação dos outros arraiais. Ao longo das margens dos córregos e dos rios com ouro de aluvião, multiplicaram-se os garimpos com rapidez, e muitos deles se tornaram centros urbanos algum tempo depois (PALACIN, 1994).

Antes da entrada dos “brancos”, os territórios “descobertos” paradoxalmente eram habitados por numerosos povos originários compostos por índios e negros (ou povos indígenas). Dentre os grupos pertencentes aos troncos linguísticos Jê e Bantu, os mais representativos são os Kayapó do Sul e os Akwen (Kraô, Xakriabá, Xavante, Xerente e Karajá); além dos Avá-Canoeiro, do tronco Tupi-Guarani (LARAIA, 2006). No caso de Moçambique, os dados apontam povos como Makuwas, Tsongas e Shonas. O contato dos “brancos” invasores com originários se deu por meio de conflitos violentos, responsáveis pela extinção de alguns grupos, redução de outros e aliança com pessoas distintas (CARASCH, 1992).

Elementos como água, ouro, montanhas, fogo, matas, aventuras, conflitos entre índios, reinóis, bandeirantes e negros, vida e morte, riqueza e pobreza se entrelaçaram em uma dinâmica social. Com isso, houve transformações socioambientais e culturais nos territórios conquistados ao longo dos tempos (RIOS, 1999).

No Brasil, a ocupação portuguesa ocorreu primeiramente ao longo do litoral. Desconhecido, o interior era chamado de “sertão” e descrito como lugar inculto, deserto, despovoado ou temerário (DELVAUX, 2010). O sertão era habitado por populações nativas, cuja ocupação secular permitiu o acúmulo de experiências e conhecimentos essenciais à sobrevivência de seus habitantes.

Observar, conhecer, registrar e representar dados constituía ações da geografia e da cartografia indígenas, verdadeiro acervo de informações espaciais construído pela memória e enraizado nos sentidos daquela população. Na riqueza cultural ameríndia, destacam-se

os conhecimentos topográficos, a capacidade de representar o espaço percorrido e a cultura geográfica inerente a essas faculdades (KOK, 2009; CORTESÃO, 2005).

No que tange aos homens primitivos, Kok (2009, p. 92) elencou duas faculdades consideradas máximas: a “visão telescópica”, por meio da qual o nativo percebia ao “longe vultos ou acidentes, que escapam totalmente à vista, ainda mais aguda, do homem civilizado”; e a “extraordinária memória visual”. Assim, a visão privilegiada do ameríndio, acrescida da memória visual, permitiu a ele desenvolver o sentido topográfico e a habilidade de reproduzir graficamente os caracteres do meio geográfico vivido ou percorrido.

Os nativos brasileiros eram hábeis em observar o sol, os astros e os rastros, com um sentido de orientação depurado e capacidade de percepção da geografia, da topografia e da natureza (CORTESÃO, 2005). A dinâmica espacial dos “naturais da terra” americana se consolidava por meio das veredas (*apé*) que interligavam aldeias e permitiam o acesso aos locais de caça e pesca.

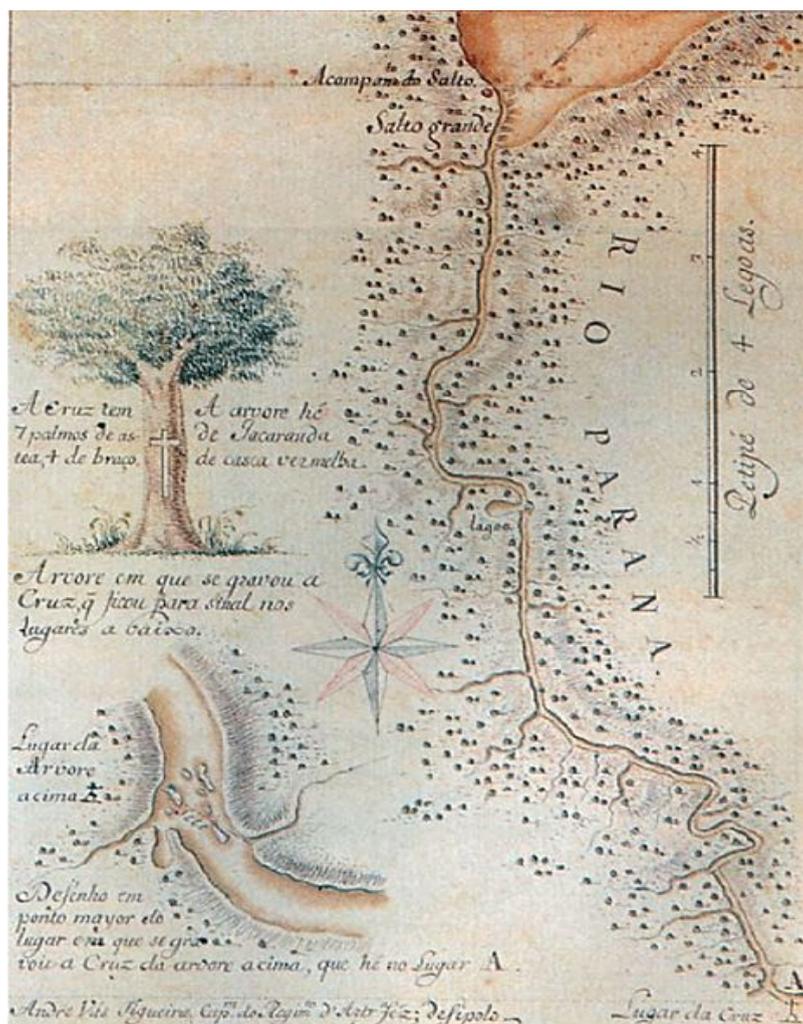
Considerados também hábeis caminhantes, os referidos nativos percorriam longas distâncias. Eles deixavam marcas nos troncos de árvores ou quebravam e dependuravam galhos de arbustos para sinalizar suas jornadas. Posteriormente, traçavam o itinerário na areia ao utilizarem a ponta do dedo, em que compunham a geografia ou a descrição natural da própria viagem (KOK, 2009).

Com o contato intenso da sociedade “branca” (portugueses e paulistas, principalmente), por meio de ações para apresamento, relações de parentesco e missões oficiais ou religiosas, a cultura geográfica e cartográfica indígena foi paulatinamente assimilada por bandeirantes, sertanistas, engenheiros militares, missionários e aventureiros. A prática de sinalizar e marcar pontos de orientação por índios e tribos bantus foi incorporada pelos sertanistas com pedras inscritas, gravações em árvores, cruces, ranchos queimados e até sepulturas – isso demonstrava um esforço em ampliar os conhecimentos sobre o sertão hostil (KOK, 2009).

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, as cartografias dos povos originários (indígenas) foram utilizadas segundo interesses diversos e complexos, mas todos convergiam, ao final, para a expansão, conquista e ocupação do sertão, a exemplo da Figura 1.

Desde o século XVI até os primeiros 25 anos do século XVIII, a cartografia era reduzida. Caracterizava-se como um período de poucas publicações relativas aos materiais cartográfico e geográfico, devido:

- a) à transmissão oral dos conhecimentos geográficos e cartográficos;
- b) ao segredo de Estado, cujo objetivo era manter sob sigilo as novas descobertas de ouro e pedras preciosas;
- c) à falta de especialistas para a produção desses documentos;
- d) à destruição de alguns documentos, por ordens régias;
- e) à perda desses materiais devido ao descuido de quem os possuía.



**FIGURA 1.** Sinalização / marcação de pontos de orientação em 1754.  
**FONTE:** Arquivo digital da Biblioteca Nacional (2019); Adonias e Furrer (1993).

Diante do exposto, observam-se o “nascimento” e a consequente consolidação da cartografia do sertão produzida pelos:

[...] bandeirantes propriamente ditos, isto é, sertanistas de São Paulo, moldados pelo gênero e o estilo de vida do bandeirismo, e simples sertanistas de ocasião, luso-brasileiros doutras capitânicas, reinóis de há muito residentes no Brasil, ou até servidores oficiais, civis ou militares, a quem o discorrer, em funções do Estado, por

extensos territórios, prestasse uma consciência aguda do espaço e a possibilidade de o representar (CORTESÃO, 2005, p. 231).

Representações cartográficas se apoiaram em elementos singulares, a saber:

a) “primitivismo” ou “arcadismo indígena em que o traçado esquemático era definido pela rede hidrográfica”, isto é, “pelos sulcos que o tempo cavou no território e cujo conhecimento, por necessidade vital, maior atenção mereceu do aborígene” (CORTESÃO, 2005, p. 231);

b) “traços vigorosos e rápidos”, rudeza, segurança e “poder de síntese”, configurando uma arte “simples, rude e vigorosa de exprimir os factos geográficos, na sua essencialidade utilitária” (CORTESÃO, 2005, p. 233)

c) ausência de limites ou de fronteiras, em que se representava o percebido *in loco*, ou seja, o que era visualizado se inseria no mapa.

Com as localizações/descobertas auríferas e diamantinas, a Coroa Portuguesa buscou conhecer e controlar as imensas posses americanas e africanas, o que levou ao surgimento de uma nova cartografia que se apropriou das culturas indígenas (cartografia nativa, sertanista), na qual mesclava elementos da cultura ameríndia aos da cultura lusitana. Roteiros e mapas foram produzidos e marcados por caminhos e rotas das minas, em que visavam aos interesses da Coroa Portuguesa ao gradativamente ordenar, mediar, delimitar e fixar seu território no sertão (RIOS; CARNEIRO, 2016).

Os novos documentos cartográficos apresentavam signos indígenas e dos colonizadores; os primeiros representavam caminhos, rios, montanhas, serras, lagos, florestas e aldeias indígenas; e os segundos, fazendas, arraiais, vilas, fortes, prisões, minas de ouro, registros de quilombos e de aldeias indígenas, caracterizando-as como aliadas ou hostis (KOK, 2009).

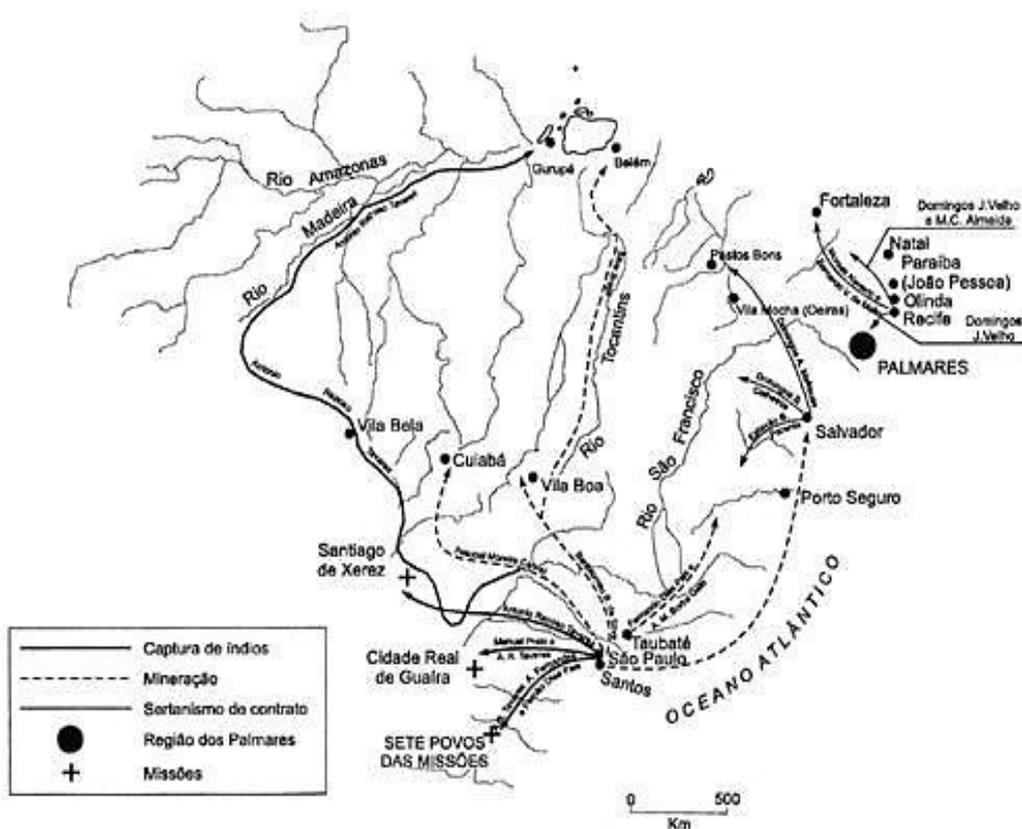
Cortesão (2006) e Canas (2016) identificaram exemplares de mapas do sertão e da savana na Cartografia Sertanista Portugal Continental, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para eles, os referidos mapas foram desenhados por sertanistas, com destaque para características importantes como os traçados a pena e a lápis, em folhas de papel de fabricação grosseira. Essas representações geográficas se classificaram em grupos, conforme o estilo do traçado e os territórios descobertos ou economicamente valorizados, datados entre 1721 e 1724.

No tocante à temática “Goiás Colonial na Cartografia Sertanista”, constata-se que o século XVI, mais precisamente o ano de 1591, marcou o início da ocupação dos sertões da América Portuguesa. Nesse material cartográfico, deduz-se que o objetivo maior era encontrar minas de ouro e de pedras preciosas. A produção cartográfica daquele período

era reduzida, apesar dos esforços empreendidos no processo de conquista de territórios praticamente desconhecidos até então (TEIXEIRA NETO, 1982).

Devido a motivos de segurança, a entrada no sertão foi suspensa no início do século XVII. A descoberta de ouro, na região de Paranaguá / PR, reativou a marcha para o interior da América Portuguesa, de modo que, ao final do referido século, essa parte brasileira já era conhecida, embora faltassem povoamentos. Em 1730, a cartografia vivenciou o “rigor científico”, ao deixar de “ser obra de especialistas em cartas náuticas” ou sertanistas (COSTA, 2007, p. 115) que marcaram a cartografia nativa, em que se fundiam signos indígenas aos lusitanos.

Registros históricos indicam que o território do futuro estado de Goiás já era trilhado ao longo do século XVII. Todavia, somente em 1725, ele passou a ser conhecido como “minas dos Goyazes”, integrando a Capitania de São Paulo – em 1734, criou-se a Capitania de Goiás (Figura 2).



**FIGURA 2.** Principais bandeiras dos séculos XVII e XVIII. | **FONTE:** Arruda 1997, p. 39.

O século XVIII foi marcado pelo avanço da Linha de Tordesilhas e a ocupação das Geraes, Mato Grosso e Goiás em virtude das descobertas significativas das minas de ouro. A fama das riquezas de Goiás atraiu muitos aventureiros para a região, o que levou à criação dos arraiais de Barra, Santa Cruz, Meia Ponte, Crixás e Natividade, dentre outros.

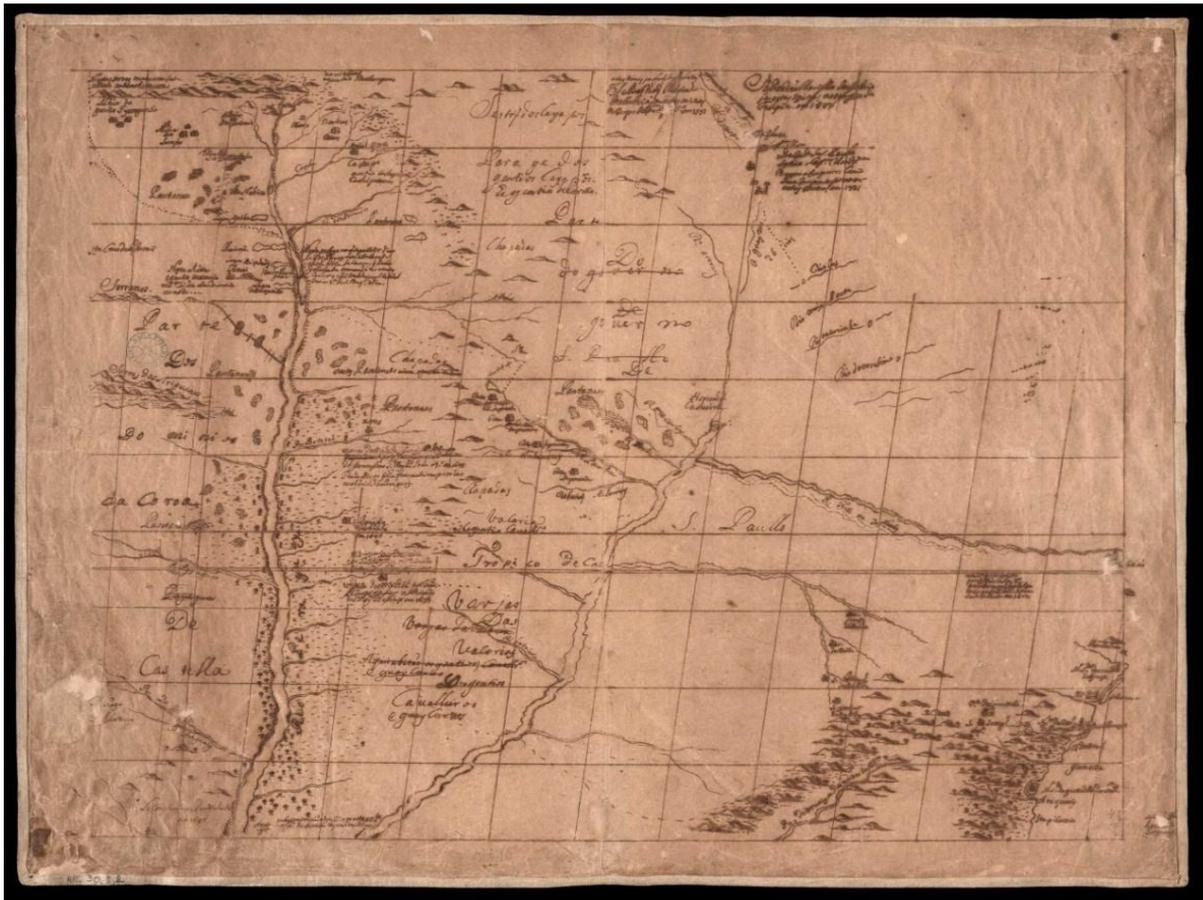
Dessa maneira, a mineração deu origem à urbanização de tais regiões (SAINT-HILAIRE, 1975; TEIXEIRA NETO, 1982).

De fato, a “corrida do ouro” para terras novas atraía grandes populações. Em 15 anos, abriram novos caminhos e estradas, vasculharam rios e montanhas, desviaram correntes, desmataram e limpavam regiões inteiras, rechaçaram os índios, exploraram e povoaram uma região extensa. Ademais, lugarejos desconfortáveis surgiram à margem de córregos e ribeirões, nos fundos dos vales ou nas encostas dos morros, o que modificou significativamente a paisagem natural (PALACIN, 1972; GOMES; TEIXEIRA NETO, 1993).

Nesses termos, o “ciclo do ouro” era marcado por fases quase fatais, a saber: descobrimento, expansão marcada por pressa e semianarquia, breve e brilhante período de apogeu e, imediatamente, a decadência quase sem transição (PALACIN, 1972). Goiás também se inseriu nesse processo, visto que, em 1778, houve queda da produção bruta de ouro. A decadência da produção relativa, bem como a de novos “descobertos”, já era evidenciada pouco tempo antes, em 1749.

A época do “ouro fácil”, da “mineração de cascalho”, tinha acabado, o que deixou marcas na paisagem, com espaços degradados e cidades coloniais. De acordo com a pesquisa realizada em publicações referentes à história da Cartografia, à história e à geografia de Goiás, além da investigação das coleções pertencentes à Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro (via internet), foram levantados alguns mapas que, de alguma forma, apresentavam Goyaz desde o período em que integrava o território paulista até depois da criação da Capitania de Goiás, ao considerar os séculos XVII e XVIII.

Em relação aos documentos cartográficos citados anteriormente, destacaram-se as observações dos parágrafos subsequentes. Na Figura 3, a nordeste, é representado o caminho para Goyazes e há uma simbologia que indica algumas construções. Visualizam-se símbolos indígenas (rede hidrográfica, montanhas, caminhos) e bandeirantes (construções).



**FIGURA 3.** Parte do governo de S. Paulo [e] parte dos domínios da Coroa de Castella.  
**FONTE:** Arquivo digital da Biblioteca Nacional (2019); Adonias e Furrer (1993).

Na Figura 4, há um mapa elaborado de maneira mais adequada, segundo a cultura lusitana (caravela), mas que ainda conserva a simbologia indígena (rede hidrográfica).



**FIGURA 4.** Mapa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitãncias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará.

**FONTE:** Arquivo digital da Biblioteca Nacional (2019); Adonias e Furrer (1993).

As características culturais indígenas são destaque na Figura 5, mas a simbologia bandeirante sertanista é disseminada em toda a extensão do documento, com referências a rios de Goiás.

Já a Figura 6 representa especificamente o território goiano. Assim como na Figura 5, as características culturais indígenas se sobressaem, mas a simbologia bandeirante sertanista está presente em toda a extensão do documento.

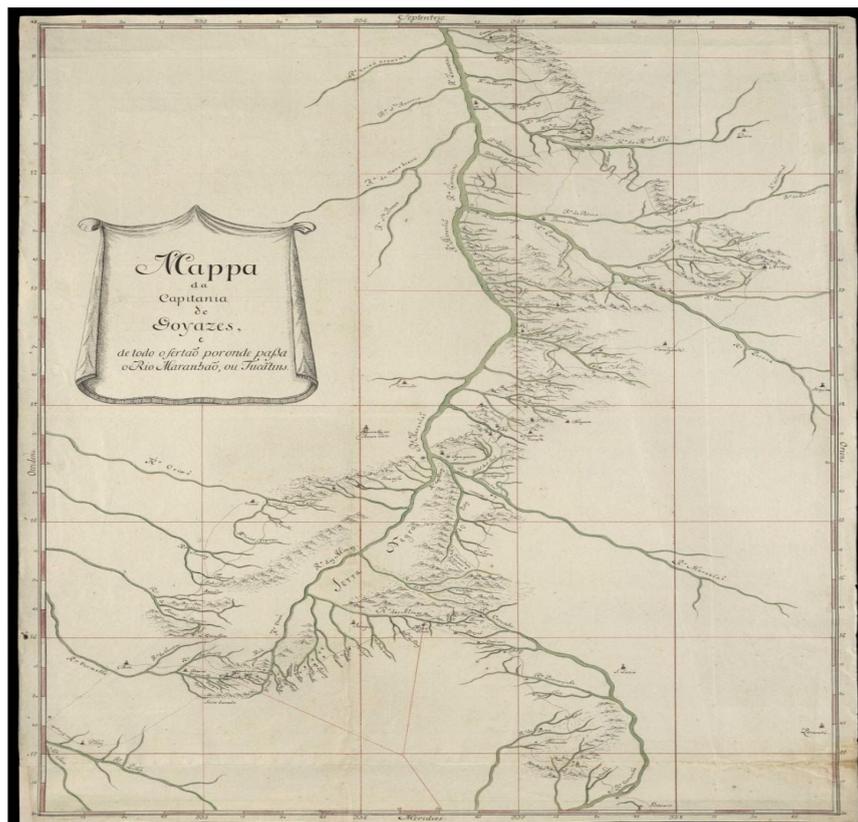
Diante dos documentos cartográficos referenciados anteriormente, é possível:

- perceber dados que levam à caracterização do futuro território goiano;
- reconhecer algumas nações indígenas;
- identificar símbolos que denotam traços culturais indígenas e/ou sertanistas;
- considerar tais documentos cartográficos como registros de uma cartografia

histórica de Goiás e de povos africanos em territórios sob o domínio de Portugal;



**FIGURA 5.** Mapa da capitania de S. Paulo, e seu sertão.  
**FONTE:** Arquivo digital da Biblioteca Nacional (2019); Adonias e Furrer (1993).



**FIGURA 6.** Mapa da capitania de Goyazes.  
**FONTE:** Arquivo digital da Biblioteca Nacional (2019); Adonias e Furrer (1993).

- verificar registros sobre conhecimentos geográficos representados nessa cartografia “primitiva”;
- analisar os referidos “mapas sertanistas” como fonte de dados cartográficos/geográficos sobre Goiás em suas origens. É possível aprofundar os estudos sobre a temática, visando à estruturação da história da Cartografia Colonial goiana a partir de documentos relacionados à ocupação pretérita desse espaço por indígenas e colonizadores.

Em consonância às leituras realizadas por meio de trabalhos de cunho científico e da investigação de outros mapas, a prioridade recaiu sobre os documentos cartográficos supracitados. Os resultados alcançados demonstram:

- o reconhecimento do território goiano em documentos cartográficos dos séculos XVII e/ou XVIII;
- a identificação das nações indígenas registrados nos mapas;
- a análise da simbologia aplicada, voltada ao reconhecimento de traços culturais indígenas e/ou sertanistas;
- a origem histórico-geográfica da cartografia goiana;
- os conhecimentos geográficos representados na cartografia “primitiva”;
- a constituição de um banco de dados cartográficos e geográficos sobre Goiás em seus primórdios, cuja primeira intenção era estruturar a história da Cartografia Colonial goiana conforme os documentos atinentes à ocupação pretérita de Goiás por nações indígenas e colonizadores (notadamente portugueses e bandeirantes ou sertanistas).

### 3. Conclusões

Diante dos aspectos elencados anteriormente, conclui-se que a descoberta de riquezas minerais no sertão brasileiro e na África, por parte de Portugal, acelerou a ocupação e o domínio no período colonial. Para isso, foram elaborados mapas cujos traços demonstravam a junção de culturas nativa/lusitana, indígena/sertanista e asiática, no caso da costa do Oceano Índico.

Tais documentos cartográficos indicam que a cultura indígena foi assimilada por bandeirantes, sertanistas, engenheiros militares, missionários e aventureiros. Eles deram origem à cartografia do sertão, de caráter híbrido e que atendia aos ditames da Coroa Portuguesa – conhecer e controlar suas possessões. Ações foram engendradas por meio de roteiros e mapas que marcavam os caminhos e as rotas das minas; conseqüentemente,

o sertão foi ordenado, mediado, delimitado e fixado para cumprir os objetivos dos dominadores europeus.

Nesse entremeio, a ambição pelas riquezas das “novas” possessões já se fazia presente desde a “descoberta”, pois se presumia a existência de riquezas minerais a serem exploradas no novo território. Embora as primeiras explorações de ouro no Brasil tenham ocorrido no estado de São Paulo do século XVI, a trilha do ouro foi intensificada somente no século XVIII, ao perpassar essa região, além de Minas Gerais e Mato Grosso, atingindo posteriormente as “Minas dos Goyases” (PALACIN, 1994, p. 25), futuro território goiano.

Para chegar ao sertão, caminhos foram abertos; rios, explorados; populações, identificadas; e descobertas, registradas em “traçados” que representavam os novos espaços ocupados e explorados. Desse modo, pessoas de várias categorias chegaram a Goiás, interessadas nas riquezas minerais.

A população nativa contribuiu com saberes e experiências seculares que, somados aos conhecimentos dos “invasores”, deram origem a uma nova representação espacial – a cartografia da terra – que, no presente artigo, é denominada como “luso-indígena”. Isso se deve ao fato de apresentar tanto características da cartografia primitiva do aborígene, como as da cartografia dos lusitanos e seus descendentes.

Mapas que compõem a coleção conhecida como “cartografia sertanista” e pertencem à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foram identificados e classificados de acordo com o período de 1721 a 1724, em que se referem aos “territórios recentemente descobertos ou economicamente valorizados” (CORTESÃO, 2006, p. 233).

Alguns mapas da referida coleção foram selecionados para o presente trabalho. Eles permitem identificar símbolos que demonstram o conhecimento sobre Goiás enquanto capitania, muito antes de sua criação. Neles se destacam (ou ficam em segundo plano) os símbolos que revelam o “arcaísmo índio do traçado” – arte “simples, rude e vigorosa de exprimir os factos geográficos, na sua essencialidade utilitária” (CORTESÃO, 2006, p. 233), bem como traços da cultura bandeirante sertanista, a exemplo da representação de arraiais, minas, igrejas, fazendas dentre outros, evidências da interferência do colonizador na paisagem.

Destarte, considera-se que a “arte cartográfica nativa” caracterizada por Cortesão (2006, p. 233) diz respeito à representação das antigas terras goianas. Percebe-se o encontro da cultura aborígene com a do colonizador em um hibridismo de sangue desde as origens do território conhecido atualmente como estado de Goiás.

## Referências

ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. **Mapa** – imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

ARRUDA, Jobson. **Atlas histórico**. São Paulo: Ática, 1997.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca virtual da Cartografia Histórica**: do século XVI ao XVIII. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-a-o-xviii/artigos/planta-da-nova-povoacao-de-cazalvasco/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

CANAS, Ana. **Arquivo histórico ultramarino** – coleção de cartografia impressa, Moçambique, DGLAB-PT/AHU/CARTI/064. Lisboa: AHU, 2016.

CARASCH, Mary. Catequese e cativo – política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; SMC; FAPESP, 1992. p. 397-412.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**: tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**: tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2006.

COSTA, Antônio Gilberto. **Roteiro prático de cartografia**: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

DELVAUX, Marcelo Motta. Cartografia imaginária do sertão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 46, n. 2, p. 74-87, dez. 2010.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Especificações para produção de dados geográficos**. Belo Horizonte: Fundação Renova, 2018.

GARCIA, João Carlos. **A Nova Lusitânia** – imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. **Geografia**: Goiás-Tocantins. Goiânia: CEGRAF, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1999.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América Portuguesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, dez. 2009.

LARAIA, Roque de Barros. 2006. Introdução. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de. **Índios de Goiás** - uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: EdUCG, 2006. p. 11-15.

MACHADO, Iram Ferreira. **Recursos minerais** – política e sociedade. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.

MARTINS, Ana Luiza. **Breve história dos garimpos** - em busca do ouro. São Paulo: Conage; Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

MATIAS, Lindon Fonseca. **Por uma cartografia geográfica - uma análise da representação gráfica na Geografia**. 1996. 476 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário de cartografia**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.

PALACIN, Luís. **Goiás – 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Oriente, 1972.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: EdUCG, 1994.

RIOS, Eunice de Oliveira. **Ciências naturais e mineração** – uma história de conquistas e metamorfoses ambientais. Goiânia: Edição Própria, 1999. 30 p. (documento mimeografado).

RIOS, Eunice de Oliveira; CARNEIRO, Vandervilson Alves. As “minas dos Goyazes”- legislação mineral e ambiental (1722-1803). **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 5, n. 1, p. 173-198, jan./jul., 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **O território goiano** – formação e processo de povoamento e urbanização. Goiânia: Kelps, 1982.